



Marzo 2020 - ISSN: 1988-7833

REFLEXOS DA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CRIME MILITAR NO BRASIL: à luz da lei 13.491 de 2017

Erik Bentes Peixoto,

Acadêmico de Direito do Centro Universitário Luterano de Manaus (ULBRA), Amazonas, Brasil,
erik.bentes2@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Erik Bentes Peixoto (2020) : “Reflexos da redefinição do conceito de crime militar no Brasil: à luz da lei 13.491 de 2017” , Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (marzo 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/03/crime-militar-brasil.html>

RESUMO

A lei de número 13.491 de 2017 ampliou os tipos penais e deslocou a competência para processar e julgar crimes que anteriormente eram da justiça comum para a justiça especial militar. Neste contexto, o objetivo deste estudo é discutir o que propõe a lei 13.491/17, analisar os impactos, reflexos e efeitos no âmbito processual e material. A metodologia utilizada foi de análise documental e pesquisa bibliográfica. Na pesquisa documental foi realizado um estudo sobre a lei 13.491/17, o contexto histórico em que foi promulgada e pareceres de órgãos que atuam como fidei jussus da lei. A pesquisa bibliográfica apresenta discussões de doutrinadores do âmbito Criminal Comum e Militar. A criação da lei ocorreu visando os jogos olímpicos de 2016 e foi desvirtuada em razão dos frequentes episódios de insegurança no cenário nacional, quando a intervenção das forças armadas fizeram-se necessárias para conter a violência e a instabilidade social, algumas operações culminaram em excessos contra vida de civis, condutas estranhas à legislação penal militar, havendo então um vácuo legislativo. A norma alterou o artigo 9º do Código Penal Militar, ampliando o conceito de crimes militares em tempos de paz, gerando instabilidade no âmbito jurídico com discussões acerca da sua real efetividade, constitucionalidade, além dos impactos provocados no deslocamento dos processos que tramitavam em outras varas para as auditorias militares.

PALAVRAS CHAVE: direito penal militar contemporâneo, lei 13.491/17, crimes militares, justiça militar brasileira.

ABSTRACT

Law No. 13,491 of 2017 expanded criminal types and shifted the competence to prosecute and prosecute crimes that previously were from ordinary justice to special military justice. In this context, the objective of this study is to discuss what the law 13.491 / 17 proposes, to analyze the impacts, reflexes

and effects in the procedural and material scope. The methodology used was document analysis and bibliographic research. In the documentary research, a study was carried out on Law 13.491 / 17, the historical context in which it was enacted and opinions from bodies that act as the law's finals. The bibliographic research presents discussions of doctrines of the Common Criminal and Military scope. The creation of the law was aimed at the 2016 Olympic games and was distorted due to the frequent episodes of insecurity on the national scene, when the intervention of the armed forces was necessary to contain violence and social instability, some operations culminated in excesses against civilian life, conduct foreign to military criminal legislation, and then there is a legislative vacuum. The norm changed article 9 of the Military Penal Code, expanding the concept of military crimes in times of peace, generating instability in the legal sphere with discussions about its real effectiveness, constitutionality, in addition to the impacts caused in the displacement of the processes that were processed in other courts for military audits.

KEYWORDS: contemporary military criminal law, law 13.491 / 17, military crimes, Brazilian military justice.

RESUMEN

La ley número 13.491 de 2017 amplió los tipos penales y cambió la competencia para perseguir y perseguir delitos que antes eran de la justicia ordinaria a la justicia militar especial. En este contexto, el objetivo de este estudio es discutir lo que propone la ley 13.491 / 17, para analizar los impactos, reflejos y efectos en el ámbito procesal y material. La metodología utilizada fue el análisis documental y la investigación bibliográfica. En la investigación documental se realizó un estudio sobre la ley 13.491 / 17, el contexto histórico en el que fue promulgada y las opiniones de los órganos que actúan como finales de la ley. La investigación bibliográfica presenta discusiones de doctrinas de ámbito Penal y Militar Común. La creación de la ley tuvo como objetivo los Juegos Olímpicos de 2016 y se vio distorsionada por los frecuentes episodios de inseguridad en el escenario nacional, cuando la intervención de las Fuerzas Armadas era necesaria para contener la violencia y la inestabilidad social, algunos operativos culminaron en excesos contra vida civil, conducta ajena a la legislación penal militar, y hay vacío legislativo. La norma modificó el artículo 9 del Código Penal Militar, ampliando el concepto de delitos militares en tiempos de paz, generando inestabilidad en el ámbito jurídico con discusiones sobre su real efectividad, constitucionalidad, además de los impactos ocasionados en el desplazamiento de los procesos que se tramitaron en otros juzgados. para auditorías militares.

PALABRAS CLAVE: derecho penal militar contemporáneo, ley 13.491 / 17, delitos militares, justicia militar brasileña.

1. INTRODUÇÃO

A Justiça Militar Brasileira, ainda que não muito popularizada na sociedade tem implicações históricas que se entrelaçam com a independência do país. A Justiça Militar não foi instituída por mero capricho de uma camada da sociedade, mas surgiu da necessidade de zelar por aqueles que garantiriam a segurança, para com as instituições que se alojariam em terras brasileiras. É uma Justiça Especializada que ocupa-se de uma classe especial de servidores públicos. Um servidor público corriqueiro, por exemplo, ao cometer ações contra à moralidade pública e ao serviço público, recebe penas na maioria das vezes, meramente administrativas, o oposto ocorre com os militares, que além de receberem penalidades administrativas por seus atos, confrontam, em sua maioria, o Código Penal

Militar, cuja aplicação está constituída não só na categoria criminal, mas principalmente na hierarquia, ordem e disciplina militar. (BARRETO FILHO, 2013)

Recentemente, no tocante aos servidores militares, tem se observado, uma crescente migração destes para outros tipos de ações, especialmente como reforço no apoio e combate junto aos períodos de violência extrema no país. Com o aumento da ação do crime organizado nas principais capitais brasileiras e a ineficiência dos dispositivos de segurança pública no seu enfrentamento tem impetrado o crescente serviço das Forças Armadas, em intervenções de confronto e guerrilhas urbanas, desde a ação em presídios até o combate em favelas, já que os índices de violência nos principais centros brasileiros são elevadíssimos. (SOUZA, 2018)

Nessa contextualização, incidem os crimes cometidos por militares da União em atuação interna. Não existindo aporte para amparar estas ações, foi então que em 16 de outubro de 2017, foi divulgada em Diário Oficial, com vigor imediato, a Lei n.13.491/17 que ocasionou bastante turbulência ao cenário do Direito Militar, tendo dois vetores principais: o acrescentamento do rol dos crimes militares e a confirmação da competência da Justiça Militar da União para processar e julgar o crime militar doloso contra a vida de civil em situações especiais. (NEVES, 2017)

O presente artigo tem como escopo, oferecer uma análise dos impactos na redefinição dos crimes militares em tempos de paz, ponderar os reflexos no deslocamento da competência para o âmbito militar, bem como, delinear a eficácia da nova competência atribuída à Justiça Militar e seus efeitos.

Para atingir o objetivo referenciado, este artigo abrange, além deste introdutório, um desenvolvimento acerca do tema, as considerações conclusivas e as referências utilizadas na pesquisa, tendo como base, as doutrinas já publicadas sobre o tema, e os artigos que tratam do contexto em questão de autores especialistas no tema.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRICO DA JUSTIÇA MILITAR BRASILEIRA

A biografia da Justiça Militar brasileira se confunde com os fatos da História do Brasil. O advento da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, alçou a então Colônia Brasileira à categoria de Reino Unido à Portugal. A presença no Brasil ocasionou as primeiras benfeitorias à pátria que surgia, destacando-se a Guarda Real, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico. A realeza, era resguardada por um corpo de militares padronizados, trazidos de Portugal, regidos nos princípios da hierarquia e disciplina, viu-se a necessidade de extensão da segurança das demais instituições que se alojariam nas terras tupiniquins, daí a inclusão de novos componentes na Guarda Real e a necessidade de se criar constituições que cuidassem das irregularidades de condutas e das violações feitas pelo corpo militar que se desenvolvia. Em seguida, se desenvolveu a estrutura do Estado (Ministérios e repartições públicas). (BARRETO FILHO, 2013)

Sediados, na cidade do Rio de Janeiro, por ato do Príncipe Regente D. João VI, fora criado o

Conselho Supremo Militar e de Justiça, com imputações administrativas (cartas-patentes, promoções de categorias, etc.) e judiciárias (julgamento dos procedimentos criminais dos réus sujeitos ao foro militar). O Conselho originou o que mais tarde constituiria o Tribunal Superior de Justiça Brasileiro. Em 1824, com a manifestação da primeira Carta Constitucional, a seiva militar recebeu status constitucionais nos artigos 145 a 150 e também foi estabelecido o Poder Judicial (juízes e tribunais de justiça) nos artigos 151 a 164. A Carta de 1824, que se destacou pela sua longevidade, sustentou-se até 1889 (fim do período monárquico) e adentrou para a história mundial como a segunda construção caligrafada mais antiga do mundo, e nela, como já dito, jazia previsto o Conselho Supremo Militar. Com o começo da Constituição de 1891, o Conselho Supremo Militar, originado em 1808, foi acondicionado no artigo 77, como Supremo Tribunal Militar. Assim sendo, no andamento da história brasileira a Justiça Militar comparece como indispensável e se enleia com períodos políticos importantes. (BALEEIRO, 2012)

Nesse feito, sintetiza-se que a Justiça Militar não foi criada para apadrinhar a classe dos militares, mas sim, pela inópia necessidade de concepção de uma justiça individualizada para tratar de uma classe com forte apelo social e hierarquizada, com dever de disciplina, que inspiram segurança e confiança nacional, motivo pelo qual estes precisariam estar sujeitos a punições justas e particulares dadas seu cunho hierárquico, ético e moral. Os atos de descumprimentos de ordens e práticas de condutas irregulares, necessitaram da criação dos chamados Tribunais Militares para processar e julgar esses crimes.

2.1.1 DISPOSITIVO MILITARIZADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O servir das Forças Armadas tem passado por uma considerável curvidade histórica a medida que a aparência das ameaças modificaram-se, de um molde clássico embasados em conflitos bélicos (ameaças habituais), para uma nova percepção, mediada por uma multiplicidade de questões, atores e domínios espaciais (novas ameaças), volveu cada vez mais uma complexa definição do uso destas forças em defesa das vias urbanas e para a geração de segurança pública. A modificação da ocupação das Forças Armadas nestas ações que desviam-se do modelo de Defesa Nacional, importa um novo aspecto atribuído a estas instituições, fundamentado na multidisciplinariedade das novas ameaças ultimamente enfrentadas. Estas iminências exibem uma conduta particularizada em relação a sua ação, atuando nos pontos cegos do domínio público. Uma tensão se instaura entre, de um lado, as intervenções militares em extensões de favelas e arredores populares, que tendem a restringir a criminalidade e, de outro lado, a conservação dos direitos básicos da população diretamente afetada. (DA SILVA, 2017)

Em agosto de 2010, o governo do então presidente Lula aprovou a lei, conferindo poder de polícia às Forças Armadas. Os militares passaram a realizar atividades policiais como revistar civis, inspecionar veículos, embarcações, bem como apreender pessoas consideradas como suspeitas em áreas de fronteira. As forças militares brasileiras têm preenchido o papel no equilíbrio social e políticas como no

caso do Haiti, onde houve um comparecimento reforçado em razão do terremoto que devastou o país em janeiro de 2010. Essas forças expedicionárias auferiram treinamento de guerrilha e luta nas vias urbanas como nas favelas do Rio de Janeiro. A população clamava por interferência militar nos morros e favelas dominados pelo tráfico de drogas, afligidos pela violência de traficantes, milicianos e guardas. É importante ressaltar que a privatização da segurança não é uma observação à militarização, é, o oposto, elemento da disposição de dispersão das armas e do molde de guerra ao inimigo interno, que abrange o uso exacerbado da força. Nesse sentido, a gestão de interferência militar na segurança instala um novo contorno territorial, o espaço urbano, seja como figura de gestão, ou como máquina de abatimento do inimigo persistente, a insegurança pública. (SOUZA, 2015)

Nessa perspectiva, incumbe recordar que um ano e meio antes da famosa intervenção ocorrida na Cidade do Rio de Janeiro, o então governador do estado, declarou “estado de calamidade financeira”, reconhecendo que a grave crise econômica e o decaimento no arrecadamento financeiro impediam o Estado de honrar com suas obrigações para a concretização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e que custavam “bruscas dificuldades no prestamento dos serviços públicos básicos” o que poderia “acarretar ainda em uma absoluta crise na segurança pública, na saúde, na educação e na mobilidade”. Tal caráter de impacto financeiro negativo, poderia explicar a interferência neste Estado, inclusive, para assegurar os serviços essenciais de saúde e segurança. A partir de 2018, as forças armadas incidiram o comando e a administração direta de todo o aparato policial, prisional e o corpo de bombeiros do Estado. (RODRIGUES & ARMSTRONG, 2019)

2.1.2 CONCEITO DE CRIME MILITAR

O conceito e delimitação de crime militar tem contestações devido sua falta de delimitação explícita na jurisdição. Pois, com o entendimento da própria Constituição, as hipóteses de ressalvas trazidas no artigo 9º do Código Penal Militar antes da alteração de 2017, referiam-se aos crimes militares praticados em tempo de paz, o legislador deixa em aberto o principal conceito, isto é, “o crime militar é o que a lei considera como tal”. Não definindo-os ou enumerando (ASSIS, 2018)

Nesta apreciação, três são os critérios aludidos na doutrina para gerar o parâmetro de caracterização do crime militar: conforme a matéria (*ratione materiae*), de acordo com as pessoas envolvidas (*ratione personae*), segundo o local do acontecimento do delito (*ratione loci*) ou, ainda, de concordância com o texto da lei (*ratione legis*). Neste entendimento, se crime militar é o que a lei define como tal, ora, tem-se uma prioridade de direcionamento para o princípio da legalidade e da primazia para a aceitação de um tipo penal, nesse sentido, a lei deverá continuamente ser ressaltada pelo operante do direito. Todavia, os demais critérios não são desvalidos, complementam a análise para arremates de significação do crime militar. Nesse parecer, basta dizer que o juízo crítico *ratione personae* é o diferencial entre crimes próprio e impropriamente militares, que o *ratione materiae* é quem resolve se determinado comportamento é penalmente saliente se analisado a objetividade jurídica militar,

e que o *ratione loci* é o categórico para averiguar, por exemplo, se o crime foi perpetrado em área pertinente à administração militar. (OLYMPIO, 2017)

Para contorno da jurisdição criminal pertencente a Justiça Militar, faz-se indispensável também a definição do caráter do crime. Desse modo, sendo de extrema importância a ponderação sobre o crime militar, bem como as análises de crime propriamente e impropriamente militar. A apreciação de crime militar ainda é o da doutrina, sendo certo que tal aceção é complexa e não raras vezes a jurisprudência se depara com disposições conflitantes sobre quando e como incide estes tipos penais. A necessidade de expansão e entendimento a cerca do crime militar procede da Carta Magna, a qual, menciona os crimes propriamente militares e os excepcionou da necessidade das circunstância de flagrância ou da ordem da autoridade legal competente para a cumprimento da prisão de seu autor. Sendo assim, nos crime propriamente ou tipicamente militares a autoridade militar poderá prender o defendente sem que este esteja em flagrante delito e mesmo sem ordem judicial, circunstância impraticável em relação ao crime comum por exemplo. (ASSIS, 2019)

Bem por isso, a árdua tarefa de caracterizar o crime militar e diferenciá-lo do crime comum, constituindo a empreitada que consolida a segurança jurídica. Pois, um conceito incerto, traz insegurança e instabilidade, por isso vem sendo diariamente exercitado pelo Poder Judiciário por meio das Justiças Castrense e Comum, e o Poder Executivo através da Polícia Judiciária Militar e Comum, tendo como base as extremas delimitadoras definidas pelo Poder Legislativo, por meio da própria Lei. Assim, o discernimento que admitirá a equação concisa para o reconhecimento do crime militar é o juízo crítico legal transcrito pelo Código Penal Militar. Em implicação deste, a clássica separação doutrinária do crime militar pode ser posta da seguinte forma: o crime militar é aquele antevisto tão-somente no Codex Militar, enquanto o crime militar impróprio é aquele predito, com igual significação, no Código Penal Comum e no Código Penal Militar. (ROTH, 2018)

2.2 EXTENSAO DOS CRIMES MILITARES

Com a chegada da Lei 13.491/2017, houve um impacto acerca do conceito de crime militar impróprio. Ao atribuir uma composição muito mais ampla do seu conceito, a alteração legislativa modificou o conceito até então pacífico a respeito do que seria o crime militar impróprio. Este, sempre se qualificava quando um acontecimento típico estivesse previsto, ao mesmo tempo no Código Penal Militar, conquanto também encontrasse com igual definição, na lei penal comum. Os padrões eram com facilidade identificáveis: furto, lesão corporal, injúria, difamação, calúnia entre outros. Atualmente, o legislador não se utiliza da expressão: Embora também o sejam com igual significação na lei penal comum, para abrigar a expressão: E os antevistos na legislação penal, constituindo que não mais apresenta penúria de identificação penal, designando outra camada de crime militar, que advém a ser, qualquer crime previsto na legislação penal [Código Penal e legislação extravagante específica]. A tentar o processo e julgamento por uma Justiça Especial, a castrense (militar). Naturalmente, da Justiça

Militar escapam os conceituados crimes eleitorais, cujo processo e julgamento são apropriadamente executados pela Constituição Federal que deu destaque à sua característica. Se um militar, durante o serviço, realizar um crime eleitoral na configuração do Código Eleitoral, a jurisdição para processo e julgamento constituirá ao Juiz da Zona eleitoral, e não a Justiça Militar da União ou Justiça Militar Estadual. Esta recente casta de crime militar, claramente não pode ser avaliada como crime militar impróprio, pois estes, em que pese a alteração do inciso II, do art. 9º, permanecem a ser aqueles que estão antevistos tanto no Código Penal Militar, quanto na legislação penal comum. (ASSIS, 2018)

Frisa-se ainda, que o crime militar, como visto, é o que a lei define no CPM em tempo de paz (art. 9º) e em tempos de combate (art. 10). Como a Lei 13.491/17 contemos agora três divisões de crimes militares: O crimes militar dito próprio, que estão augurados exclusivamente no CPM; Os crimes militares impróprios, que acham-se dispostos dentro do CPM e ainda estão previstos com a mesma definição na lei penal comum; E os crimes militares por extensão, que estão prevenidos fora do CPM, sendo assim, estando unicamente na legislação penal comum, mas que se distinguem como de natureza militar pela sua tipicidade indireta erguida pela junção do tipo penal comum com uma das hipóteses descritas no inciso II do art. 9º do CPM.(ROTH, 2018)

Alterações estas, dispostas em uma tabela, para melhor entendimento das alterações acrescidas no inciso II, do art. 9º do código penal militar, antes e após a Lei nº 13.491/17, A nova norma, alargou o rol de crimes militares e ao mesmo tempo em que expandiu a competência da Justiça Militar, como observaremos em sequencia

Quadro 1 – Exposição comparativa do inciso II, do art. 9º do Código Penal Militar, antes e após a Lei nº 13.491/17

CAPUT – REDAÇÃO INALTERADA	
Art. 9º - Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:	
REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO ATUAL

<p>II – os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:</p>	<p>II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:</p>
<p>ALÍNEAS – REDAÇÃO INALTERADA</p>	
<p>a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado; b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil; c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil; e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar ou a ordem administrativa militar;</p>	

Fonte: Neves (2017b, p. 2). Com adequações.

Nota-se, na análise do quadro 1, que enquanto a redação antecedente erguia à condição de crime militar impróprio, somente os crimes antevistos no CPM que possuíssem idêntico sentido na lei penal comum, a alteração causada pela Lei nº 13.491/2017 busca ampliar o conceito de crime militar para todas as formas típicas delitivas previstas na legislação brasileira, sem presciência correspondente no CPM, nascendo então os crimes militares por extensão.

2.3 CENÁRIO E SURGIMENTO DA LEI 13.491/17

Em uma contextualização contemporânea, o país vem enfrentando períodos difíceis e complexos, ocasionada pela crise financeira dos últimos anos e tendo como implicação o esgotamento na segurança pública dos Estados, a crise econômica de 2014 impactou espantosamente no orçamento e planejamento financeiro dos estados, refletindo diretamente no abatimento dos recursos esperados para o pagamento de salários e para melhorias da infraestrutura dos diferentes órgãos de segurança pública. Frente a esta conformação, pode-se observar o aumento exponencial da violência, o surgimento de paralisações dos órgãos de segurança pública e o desgoverno do sistema prisional. Distintas soluções

são expostas pelo Governo Federal, dentre essas a que tem ocasionado mais controvérsia é o emprego das forças armadas para interferir em conflitos civis, em greves de policiais, segurança de processos eleitorais e na inspeção de presídios. No mês de janeiro de 2017, a crise do Sistema Prisional Nacional alcançou o seu ápice e foi noticiada nos jornais locais e internacionais. Em decorrência da guerra de facções criminosas, internos foram brutalmente mortos em presídios dos Estados do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte. Muitos ensejos colaboram para este colapso: orçamento escasso, políticas públicas precárias e ineficientes, superlotação dos presídios, entre tantos outros. (FERREIRA, 2018)

Em meio a este cenário de precárias políticas públicas, volvidas para a segurança ostensiva da população brasileira, tem-se o surgimento de uma novel norma, a Lei 13.491/17 tendo por origem a necessidade de manter a salvo o foro dos militares que atuam em confronto direto em operações dentro do território brasileiro. Pois, nos derradeiros anos, como foi de conhecimento prévio, se tornou mais corriqueiro, os episódios de greves, a diminuição de efetivo policial por carência de estrutura física e orçamentária ou mesmo por efeito dos casos de explícito domínio da máquina do crime organizado e dos acontecimentos recém ocorridos no território brasileiro, como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas e Paraolimpíadas Mundiais, que demandaram um implemento de policiamento ostensivo pelas vias públicas, por membros das forças armadas, a mando de chefes do Poder Executivo. Disposta, à luz do texto constitucional, para atingir a defesa do território as forças armadas não são arrançadas, comumente, para circunstâncias de uso comedido da força em períodos de tumultos que demandem moderação para a produção de escolhas viáveis de pacificação social e submissão na paz. Entretanto, perante a ordinária precisão de uso de reforço policial, observa-se uma equivocada prioridade por políticas de coibição e de determinação da força, a exemplo da edição da Lei 13.491/2017, explicada pela precisão de reforço de policiamento ostensivo na cidade do Rio de Janeiro por temporada das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. (RIBEIRO, 2018)

2.4 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

Faz-se necessário explanar o cenário em que os crimes militares são processados e julgados. Ressalvando que, é propriedade da Justiça Militar da União ajuizar os crimes militares estabelecidos em lei, podendo até mesmo julgar tais crimes mesmo quando cometidos por civil. Advertindo que, arranja-se como elemento da Justiça Militar da União o Superior Tribunal Militar, o qual conta presentemente com quinze Ministros, e Juízes Militares. Dessa forma, pode aparentemente ser contrassenso o fato da Justiça Militar da União ter jurisdição para ponderar e processar crimes militares praticados por civil, isso porque, em uma visão banal, um civil não deveria estar sujeito às leis militares. No entanto, tal situação é imprescindível, pois o papel da Justiça Militar é exatamente conservar os valores e a ordem nas suas instituições, carecendo punir até mesmo o civil quando este atentar ou concretizar um crime militar, nos termos do Código Penal Militar. Enaltecendo que, esses casos são circunstâncias específicas, logo, punir o civil não é uma regra ou algo corriqueiro, mas sim uma exceção. (LAGES, 2018)

Corroborando, com a apreciação das alteração ocasionada pela Lei 13.491/17 inegavelmente esta possui caráter processual, pois dilatou a jurisdição Militar, demarcando a matéria violada. Assim, a referida norma possui duplo caráter judicial: penal e processual. Sendo assim, as denúncias que ainda não foram lavradas ou, que já processadas, mas ainda não têm sentença de mérito, precisam ser prontamente despachadas para a Justiça Militar, assim como os inquéritos policiais em curso, aplicando a irretroatividade. Esse acrescentamento de competência em causas que antes não eram por ela abrangidas por força de legalidade e da explanação limitativa da legislação, trouxe um importante impacto também para a própria instituição. A implicação da recente Lei é que, a partir da sua entrada em vigor, os processos em curso na Justiça Comum necessitarão ser enviados à Justiça Militar, tendo que apreciar o caráter mais benévolo da norma que profere, os delitos que foram cometidos em data antecedente à vigência da novel Lei continuam seu tramite normalmente. Nesse ponto, a doutrina se divide quanto ao processo permanecer tramitando na Justiça Comum ou ser remetido à Jurisdição Militar quando se tratar de circunstância por exemplo mais gravosa ao acusado, mas, em ambas as conjecturas, se é assegurada a irretroatividade da lei. (ROTH, 2018)

Neste consenso, advém os inquéritos policiais comuns e processos criminais que envolvam militares federais ou estaduais, na qualidade de agentes causadores do ato, quando presentes as circunstâncias do artigo 9º, II, do CPM (em qualquer de suas alíneas), incidiram a ser classificados como crimes militares e, assim sendo, devem ser despachados à Justiça Militar, da União ou dos Estados, pendendo da autoria, na situação processual em que se deparam, haja vista o deslocamento da jurisdição em razão da matéria para apuramento e processo de tais fatos. De notar que, o juiz pode ainda, declarar-se incapaz e expedir o processo ao juízo competente, nos termos do § 3º do artigo 78 do CPPM e dos artigos 108 e 109 do CPP, haja vista que a alçada é matéria de ordem pública e sua inobservância ocasiona nulidade do fato. De igual sorte, a regra de competência “*ratione materiae*” se estende aos Delegados de Polícia Civil e Federal, quando expressada a alteração legislatória (AMARAL, 2019)

Garcez (2017) ressalta que especificamente no que se refere ao crime de homicídio doloso praticado contra a vida civil, o parágrafo único do mesmo dispositivo legal refere que esses crimes serão de competência da Justiça Comum, retirando-lhes, assim, a condição de crimes militares. E, afastada a natureza militar, por óbvio que a investigação deve ser realizada pela instituição oficial que detém a competência para a apuração das infrações penais sujeitas à Justiça Comum, que é a Polícia Civil.

2.5 DISCUSSÕES PENAIIS DA LEI 13.491/17

Demanda da mais alta aptidão refere-se às penas dos crimes antevistos na legislação penal comum e que não se compatibilizam com as penas previstas na Justiça militar, que além das penas, seus julgamentos são agravados por fatores correlacionados a temas envolvendo a ética, a indisciplina e o olhar da instituição frente a posturas irregulares, sendo este estilo um padrão característico desta

jurisdição. De se minutar que, no ordenamento jurídico, o Código Penal Militar é autônomo do Código Penal. Todavia exige-se diante da circunstância incomum de alteração do crime comum em crime militar (Lei 13.491/17), precisamos distinguir o que é aproveitável ao crime militar pela análise de compatibilidade com a disciplina do CPM. Assim, as penalidades como: reclusão, detenção, prisão, impedimento, suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, reforma, não são compatibilizadas com as penas dos crimes militares por extensão (crimes comuns alterados para crimes militares pela Lei 13.491/17) em analogia à penalidade restritiva de direitos (art. 44, CP), de advertência (art. 28, Lei 13.343/06), de perda do cargo, função ou emprego e interdição para seu exercício (art. 1º, § 5º, Lei 9455/97) e administrativa ou civil (art. 6º, Lei 4.898/65). (ROTH, 2017)

Neste ínterim, quanto ao rigorismo da legislação penal militar em relação à comum, é pertinente advertir que o direito penal militar, como direito típico e especial por excelência, dirige-se a uma determinada categoria de pessoas, os militares - a regra, ainda que em determinadas ocasiões possa dirigir-se do mesmo modo aos civis - determinados constitucionalmente, estando ambas as categorias sob a mesma organização: a disciplina e a hierarquia. Se a Sociedade e a Pátria lhes concedem a condição de mantenedores da ordem e patronos das Instituições, ao lado de tais garantias que muitas vezes lhes seja exigido com maior rigor o cumprimento de seus deveres. Esta severidade judiciária, em cautela do serviço militar, da disciplina, da hierarquia, da categoria de superior, deve ser estendida aos princípios informadores que conduzem o direito penal brasileiro, seja ele comum ou militar, obedecendo a compatibilidade de cada caso. (ASSIS, 2004)

Diante da literatura pertinente ao tema, com base na pesquisa bibliográfica de maior relevância sobre o assunto, carregando também uma análise documental além do contexto histórico do momento em que a lei foi promulgada, conclui-se que a intervenção das Forças Armadas como subsidiária da segurança pública ostensiva, possui riscos que refletem no direito de punir do Estado, sendo aqueles os órgãos treinados para o combate letal e com alto grau de força bélica, as operações incidiram na necessidade da mutação legislativa, como forma de resguardar estas ações. No entanto, é possível encontrar disparidade no texto legal, desca-se:

“§2º - Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto:

I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;

II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou

III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes

diplomas legais (...)" (Art. 9, da lei 13.491) ¹

Verifica-se que a lei trata de um foro especial que mitiga a competência do Tribunal do Juri. Em situações específicas e no exercício da função, os crimes dolosos contra a vida de civil serão julgados pela Justiça Militar da União. De outro modo, tal foro especial não se aplica aos Militares Estaduais, como se observa no §1º da mesma lei, "Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri".

Há de se ponderar que, sob as mesmas condições, o Militar Estadual que atuasse no núcleo ostensivo da segurança pública, deveria, sob égide dos princípios da isonomia, do juiz natural da causa e demais princípios da caserna, ser julgado pela Auditoria Militar Estadual em face de condutas realizadas no exercício de suas funções em crimes dolosos contra vida de civil, tal qual a lei concedeu aos Militares da União, uma vez que ambos atuariam sob as mesmas diretrizes.

Outro ponto que deve ser observado é o intuito do legislador que havia atribuído à norma o carácter temporário – art. 2 da lei 13.491 (vetado)-, uma vez que o projeto de lei visava tão somente as olimpíadas de 2016 porém a demora na tramitação no Congresso Nacional fez com que a lei chegasse ao Presidente de forma intempestiva. Razões do veto:

"As hipóteses que justificam a competência da Justiça Militar da União, incluídas as estabelecidas pelo projeto sob sanção, não devem ser de carácter transitório, sob pena de comprometer a segurança jurídica. Ademais, o emprego recorrente das Forças Armadas como último recurso estatal em ações de segurança pública justifica a existência de uma norma permanente a regular a questão. Por fim, não se configura adequado estabelecer-se competência de tribunal com limitação temporal, sob pena de se poder interpretar a medida como o estabelecimento de um tribunal de exceção, vedado pelo artigo 5º, inciso XXXVII da Constituição". (Temer, 2017)

A doutrina diverge neste ponto, Garcez (2017) expõe que nos termos do art. 66, §1º, da Constituição Federal, o veto presidencial deveria ser total, uma vez que o então projeto de lei havia perdido o seu objeto de interesse público e o veto parcial ao art. 2º promoveu uma modificação substancial que alterou a vontade do legislador, transformado uma norma temporária em permanente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹ Planalto, lei 13.491/17. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13491.htm#art1.

Ao ponderar os elementos da legislação e as consultas obtidas na discussão teórica com os estudos realizados até o momento sobre o tema, é plausível concluir que a Lei 13.491/17 é um marco para o engrandecimento da jurisdição penal militar, pois, abriu um leque de discussões, bem como refletiu um embate entorno de um ramo do direito por diversas vezes deslembado. Dessa forma, o principal conflito acarretado pela Lei nº 13.491/17 é a alteração do conceito de crime militar, que incidiu e abrangeu os fatos típicos descritos na legislação penal comum, quando cometidos por militares, nas circunstâncias referidas nos incisos do artigo 9º do Código Militar. Em implicação disso, foi alterada e ampliada a jurisdição da Justiça Militar, os crimes praticados por militares anteriormente analisados como comuns e atribuído a competência da Justiça Comum, passaram a ser crimes militares, quando praticados no emprego/cargo ou em razão dele, nas circunstâncias do mencionado aparelho legal. Logo, foram repassadas para a Justiça Militar competente.

Importante sobressair, a transformação dos crimes de natureza militar, os tipos penais da legislação penal comum, estabelecendo a categoria dos crimes militares por extensão, abrandou da Polícia Judiciária Comum, expressivo número de infrações penais por ela investigadas, bem como abateu da Justiça Comum o peso dos processos criminais dessa classe que por ali cursavam, e, por conseguinte, elevou consideravelmente o número de atividades e o volume de tarefas da Polícia Judiciária Militar e da Justiça Militar.

E por fim, ressalta-se em consenso pela literatura, que as alterações volvidas a lei nº 13.491/17, devem ser analisadas e julgadas respeitando suas peculiaridades e características, mas sobretudo reverenciando a legalidade e a compatibilidade entre as duas esferas jurisdicionárias para obter êxito termo em qualquer esfera.

3. REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto lei nº 1.001 de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001Compilado.htm. Acesso em 14 de ago. 2020.

Brasil. Temer, Michel (2017). Razões do Veto. Mensagem Nº 402, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017. Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-402.htm#:~:text=%E2%80%999CAs%20hip%C3%B3teses%20que%20justificam%20a,de%20compromete%20a%20seguran%C3%A7a%20jur%C3%ADica. Acesso em: 17 de ago. de 2020.

Amaral, Fabio Sergio do. (2019). Alargamento do conceito de crime militar e a competência da Justiça Militar. Disponível em: <https://defendapm.org.br/o-alargamento-do-conceito-de-crime-militar-e-a-competencia-da-justica-militar/>. Acesso em: 19 de set. 2019.

Assis, Jorge Cesar de. (2018). A Lei 13.491/17 e a alteração no conceito de crime militar: primeiras impressões – primeiras inquietações. Disponível em: <https://www.observatoriodajusticamilitar.info/single-post/2018/01/18/A-Lei-1349117-e-a-altera%C3%A7%C3%A3o-no-conceito-de-crime-militar-primeiras>

impress%C3%B5es-%E2%80%93primeiras-inquieta%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 10 set. 2019.

Assis, Jorge Cesar de. (2009). Crime Militar e Crime Comum. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/16603/crime-militar-e-crime-comum>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Baleeiro, Aliomar. (2001). Constituições Brasileiras volume II 1891. Senado Federal Secretaria Especial de Editoração e Publicações. 3 edição. Brasília, 2012. 103 p v. 2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/137570>. Acesso em: 13 de jun. 2019.

Barreto Filho, J. R. (2013). A histórica justiça militar brasileira. Revista Águia. Disponível em: <http://www.fenord.com.br/revistaaguia/revista2013/textos/artigo%2007.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

Da Silva, André Andriw Santos et al. (2018). Operações de Garantia da Lei e da Ordem: Estudo de Caso Comparado sobre o Uso das Forças Armadas no Estado do Espírito Santo e no Brasil. Revista Intellector. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/282>. Acesso em: 20 de set. 2019.

Ferreira, D'artagnan Roberto. (2018). A escassez de recursos dos estados para investimento em segurança pública e os reflexos para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/2969/1/MO%200845%20-%20ARTAGNAN.pdf>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

Garcez, Willian. (2017). Considerações sobre a Lei 13.491/17 (Competência da Justiça Militar). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61673/consideracoes-sobre-a-lei13-491-17-competencia-da-justica-militar>. Acesso em: 28 de set de 2019.

Lages, Nathália Spuldaro Lamin. (2018). O impacto da lei nº 13.491/17 na justiça militar estadual. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/9e8a1-lamin,-nathalia-s.-o-impacto-da-lei-13491-na-justica-militar-estadual.-unifacvest,-2018..pdf>. Acesso em 18 de nov. 2019.

Neves, Cícero Robson Coimbra. (2017). Inquietações na investigação criminal militar após a entrada em vigor da Lei 13.491, de 13 de outubro de 2017. Revista de Direito Militar. Florianópolis, AMAJME, n. 126, p. 23-28, set/dez, 2017b.

Olympio, Cleber. (2017). Crime militar, transgressão disciplinar e a dupla incidência punitiva. Revista dos Tribunais, v. 2017, p. 02-16, 2017. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_pr-odutos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.960.08.PDF. Acesso em: 08 de dez. de 2019

Ribeiro, Luiz Gustavo Gonçalves. (2018). Política pública de segurança dilacerada: o exemplo da lei 13491/2017 e suas consequências penais e processuais penais. Revista Brasileira de políticas Públicas. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5057>. Acesso em: 5 de set 2019.

Rodrigues, Rute Imanishi; Armstrong, Karolina. (2019). A intervenção federal no rio de janeiro e as organizações da sociedade civil. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/34/a-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil>. Acesso em: 15 de nov. 2019

Roth, Ronaldo Joao. (2018). Os delitos militares por extensão e a nova competência da Justiça Militar (Lei 13.491/17). Revista do Observatório da Justiça Militar Estadual, vol. 2, nº1. jan. – jun. de 2018. Disponível em: <https://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/artigoRothLeinova.pdf>. Acesso

em: 21 de nov. 2019.

Souza, Luís Antônio Francisco de. (2015). Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. Revista Sociedade e Estado. Brasília. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100207&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de nov. 2019.

Souza, Fabio Negrão de. (2018). O emprego do Exército Brasileiro no combate ao crime organizado: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3033/1/MO%200870%20-%20NEGR%C3%83O.pdf>. Acesso em: 01 de dez 2019.